



Brasília, 5 de junho de 2023

RESOLUÇÃO SOBRE A CARREIRA DO XXIV CONFASUBRA

A carreira é uma das principais pautas do movimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação. O PCCTAE, após 18 anos de vigência, requer aperfeiçoamentos. Neste Congresso, as teses apresentadas pelos diferentes coletivos, se olhadas em conjunto, revelam um amplo diagnóstico e indicam possíveis alternativas para que tais aperfeiçoamentos ocorram.

A importância e a emergência deste tema exigem encaminhamentos imediatos para que a categoria tenha uma proposta que, sendo coerente com o que historicamente defende, responda à realidade atual, nela contemplando de forma isonômica e equitativa todos os trabalhadores da ativa e os aposentados, com menos ou mais tempo de serviço.

Ao longo de nossa história de lutas, a FASUBRA sempre foi protagonista na criação e proposição de projetos de carreira, dando origem às conquistas do PCSBV – Plano de Cargos e Salários, Benefícios e Vantagens, em 1985; ao PUCRCE – Plano Único de Classificação e Remuneração de Cargos em Empregos, em 1987; e ao PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, em 2005. Tais conquistas tiveram origem em estudos e proposição de um Grupo de Trabalho de Carreira (GT-Carreira), que funcionou de 1984 a 2007. Após um longo período de truculência e de falta de diálogo nos governos Temer e Bolsonaro, estamos em um novo momento. Nele, o aperfeiçoamento da carreira e a possibilidade de recolocá-la na pauta de negociações com o Governo demandam um esforço imediato, articulado e contínuo do movimento para que tenhamos propostas que, validadas pela categoria, orientem a Direção Nacional no processo negocial.

Assim, o XXIV CONFASUBRA delibera por: 1) recriar o GT Carreira, composto por servidores indicados pelas entidades de base e; 2) orientar que as entidades de base recriem/fortaleçam os seus respectivos GT Carreira e indiquem seus representantes no GT nacional. Em seus estudos o GT deverá: 1) ter como ponto de partida o que foi apontado nas teses trazidas para este Congresso, mas não se limitando a estas, tanto no que respeita a aspectos a melhorar quanto à possíveis alternativas de solução para cada um desses aspectos e; 2) oferecer alternativas de melhoria da carreira no curto, médio e longo prazos, considerando as urgências da categoria e oportunidades de negociação.

Considerando a urgência de se ter propostas de aperfeiçoamento da carreira, orientar às entidades de base que, preferencialmente, indiquem para o GT nacional, servidores que tenham conhecimento sobre o tema.

A Direção Nacional da FASUBRA deverá convocar Plenária para dar os encaminhamentos



necessários sobre as propostas apresentadas pelo GT Carreira, com vistas a subsidiar o processo de negociação com o Governo.

A primeira reunião do GT – Carreira da FASUBRA deverá ocorrer até o final do mês de junho de 2023.

FASUBRA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA SOBRE REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS EFETIVOS OCUPADOS E VAGOS

A FASUBRA Sindical participou, na quinta-feira (1º/6), de audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A audiência tratou da Portaria SERGT/MGI Nº. 619/2023, que estabelece orientações e procedimentos no âmbito da Administração Pública sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados e vagos, e atendeu a requerimento da deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS).

No requerimento, a deputada destaca que a Portaria SERGT/MGI nº 619/2023 mantém conteúdo que não observa ao Princípio da Estrita Legalidade, impondo exigências não previstas pela ordem jurídica para fins de redistribuição de cargos efetivos ocupados e vagos. “A consequência lógica que decorre da inobservância da estrita legalidade na edição de um ato administrativo é a de que são passíveis de questionamento administrativo e judicial todas as disposições que não se limitem a operacionalizar a execução da lei, notadamente aquelas que criam óbices à plena fruição do direito”, afirma o documento.

Esta foi a primeira atividade da nova Direção Nacional (DN) eleita no XXIV CONFASUBRA e estavam presentes as coordenadoras gerais Cristina del Papa, Ivanilda Reis e Loiva Chansis e as coordenadoras de Administração e Finanças Márcia Abreu e Melissa Campos. “Pela primeira vez a Federação será comandada por cinco mulheres com uma diversidade muito grande de ter negra, branca, LGBTI. Estamos assumindo hoje”, destacou Del Papa. Cristina criticou a ausência de representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). “Para nós foi uma frustração muito grande ao saber que não estariam aqui”.

Em relação à Portaria SERGT/MGI nº. 619/2023, Del Papa disse que o assunto é de extrema importância. “A legislação anterior não falava em critério, só falava em redistribuição tanto para o cargo ocupado quanto para o vago. O que mais acontecia na redistribuição é que liberava uma vaga, se já tivesse concurso, aproveitava o concurso para poder ocupar essa vaga. A partir do momento que incluem isso na normativa posterior acabam excluindo as pessoas que estão principalmente em licença saúde, o que para nós é uma punição. Além de estar doente ele fica impedido de concorrer para a redistribuição. Assim como o estágio probatório que acabou sendo o limite em relação à



legislação”, analisou.

Para Del Papa, a redistribuição tem que ser um processo democrático e não um processo político. Em sua opinião, os critérios são excludentes. “A redistribuição é um instrumento de gestão, mas tem a questão política que não deveria ter. Deveria ter um quadro de vagas que o servidor possa se inscrever para ser redistribuído para outra instituição, já que temos uma carreira única que é o PCCTAE”, destacou. A coordenadora geral ainda lembrou que o sistema federal cresceu, saiu das grandes capitais para ir para interior, mas tem grandes problemas estruturais, principalmente nos Campi dos institutos federais.

Além da FASUBRA participaram representantes de outras instituições e entidades da rede federal de educação: Maria Artemis Ribeiro Martins, coordenadora geral do SINASEFE; Joaquina Aparecida

Nobre da Silva, reitora do IFNMG e coordenadora da Câmara Temática de Gestão de Pessoas do CONIF; Luiz Henrique Blume, 3º secretário do ANDES/SN; e Mirian Dantas, coordenadora do FORGEPE da ANDIFES.

Veja a audiência na íntegra: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68192>

FASUBRA PARTICIPA DE REUNIÃO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - MEC

A DN participou de reunião na Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC-MEC) com o Secretário Getúlio Marques Ferreira e sua equipe para levar a posição da FASUBRA sobre o novo ensino médio.

Na reunião estavam presentes as coordenadoras gerais, Cristina del Papa, Ivanilda Reis e Loiva Chansis, e a coordenadora de Administração e Finanças Márcia Abreu.

As coordenadoras explicitaram a posição contrária da FASUBRA sobre o “novo” ensino médio, assim como as demais entidades da educação do nosso campo. Salientaram a importância da revogação deste modelo de ensino que é excludente para os estudantes levando-se em consideração que não ocorreu debate quando da sua aprovação com a parcela mais importante que é a própria comunidade educacional, a regionalidade e a grande extensão do nosso país, a falta de infraestrutura para implementação nas escolas, a falta de formação dos professores, cursos formativos sem que os professores tenham formação na área que tomam 40% da grade, abre a possibilidade de contratação de pessoas sem formação para dar aulas, entre outros.

Ao final da reunião foi solicitado que esse canal de diálogo permaneça sempre aberto para outras pautas da categoria, já que na base da FASUBRA temos vários Institutos Federais e CEFETs.



Foi solicitado, também, que a SETEC faça intermediação junto ao Ministro da Educação para agendamento de audiência com a federação.

MOÇÃO DE APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA UNB

A Direção da FASUBRA vem manifestar apoio à greve dos trabalhadores e trabalhadoras Técnico-Administrativos em Educação da UNB, na luta pela manutenção da URP, que incorporou 26,05% aos salários dos trabalhadores. No dia 31 de maio, o ministro do STF, Gilmar Mendes, em sua decisão, cassou a liminar retirando a URP dos salários. A FASUBRA Sindical reitera apoio e se coloca à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras nesta luta importante pela manutenção de seus direitos.

Orientamos aos sindicatos de base que também aprovelem moções de apoio à greve, aprovada pela categoria e comandada pelo SINTFUB.

CALENDÁRIO	
JUNHO	
5	Cerimônia comemorativa pelo Dia Mundial do Meio Ambiente com a presença do Presidente Lula.
6	Reunião de transição da Direção Nacional.
12	Início da mobilização com representação das entidades de base em Brasília contra o Arcabouço Fiscal.
13	Dia Nacional De Luta contra o Arcabouço Fiscal Lançamento da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. Local: Auditório Nereu Ramos
21	Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

JULHO

13 e 14	Reunião da Direção Nacional
15 e 16	Plenária da FASUBRA

AGOSTO

15 e 16	Acampamento e Marcha das Margaridas
---------	-------------------------------------